



1 **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA**
2 **UNIFESP – CAMPUS OSASCO REALIZADA EM 02.09.2016**

3 Ao segundo dia do mês de setembro de dois mil e dezesseis, às 10h30min, no auditório
4 localizado no piso térreo do prédio situado à rua Angélica, número 100, Jardim das Flores,
5 município de Osasco, realizou-se Reunião Ordinária da Congregação da EPPEN, *campus*
6 Osasco da UNIFESP sob a presidência da Diretora Acadêmica da instituição, Profa. Dra.
7 Luciana Massaro Onusic, participaram: o Vice-Diretor Acadêmico, Prof. Dr. Julio Cesar
8 Zorzenon Costa e a Diretora Administrativa, Sra. Juliana Mateusa Meira Cruz. Os chefes dos
9 departamentos, professores: Dra. Claudia Alessandra Tessari, de Ciências Econômicas; Dr.
10 Mauri Aparecido de Oliveira, Multidisciplinar; Ms. Danilo Braun Santos, de Ciências
11 Atuariais; Dra. Nena Geruza Cei, de Ciências Contábeis e Dra. Fabiana Rita Dessotti, de
12 Relações Internacionais. Bem como os coordenadores de cursos de graduação, professores:
13 Dra. Marina Gusmão de Mendonça, de Relações Internacionais; Dr. Luis Hernan Contreras
14 Pinochet, de Administração; Dr. Fábio Alexandre dos Santos, de Ciências Econômicas; Dra.
15 Claudia Moraes Souza, do Eixo Multidisciplinar; Ms. Luiz Augusto Finger França Maluf, de
16 Ciências Atuariais e Dra. Marina Mityio Yamamoto, de Ciências Contábeis; e, também, do
17 programa de pós-graduação: Dr. Ricardo Luiz Pereira Bueno, do MPGPOP. Ainda, a Profa.
18 Dra. Ismara Izepe de Souza, do NAE. E os representantes, dos docentes, os professores: Dr.
19 Murilo Leal Pereira Neto, Dr. Douglas Mendosa, Dra. Nildes Pitombo Leite, Dr. Bolivar
20 Godinho de Oliveira Filho e Dr. Fábio Luis dos Santos; e dos TAEs: Sra. Rosângela Rocha
21 da Silva, Sra. Marlene Rodrigues, Sr. Edmur Machado Silva e Sr. Ricardo Vieira Bertoldo.
22 A presidente iniciou a sessão às 10h50min cumprimentando os presentes e dando boas-
23 vindas aos chefes e vice-chefes dos quatro departamentos recém-instalados. Ela explicou que
24 apenas os cursos de Administração e Ciências Contábeis ainda não tinham sido homologados
25 e, portanto, permaneciam sendo representados apenas pelas respectivas coordenações e em
26 suas configurações pré-departamento, visto que alterações de coordenação deveriam ser
27 homologadas pelo Conselho de Graduação antes de entrarem em vigor e que a Congregação
28 estava sendo ampliada. Ela também explicou que os convidados da FAP – Fundação de
29 Amparo à Pesquisa teriam a preferência e, assim, antecipou o ponto da **ORDEM DO DIA:**
30 **(1) FAP** - Com a palavra, a Profa. Jane apresentou o Relatório Anual de Gestão da FAP
31 2015, explicando o organograma, as principais atividades, a nova identidade visual e por fim,
32 os números que, segundo ela, apontavam a capacidade e competência técnica da fundação.
33 Divulgou relatórios apontando o volume de recursos administrados no ano de 2015. Citou as
34 atividades apoiadas e os valores e percentuais que representavam patrocínios de eventos
35 institucionais, como a verba de R\$ 100.000,00 do Banco do Brasil. A professora destacou
36 terem sido 3 milhões de reais a mais que o ano anterior. Concluiu que a fundação havia
37 demorado a compreender as dimensões do problema que enfrentavam, mas, finalmente, foi
38 decidido buscar ajuda profissional com o intuito de diagnosticar e reverter as deficiências.
39 Sublinhou a necessidade de estabelecer estratégias mais agressivas, corte de gastos e a total
40 profissionalização da fundação. Comparando as cifras de 2015 em relação ao ano de 2014,



41 justificou o aumento em razão da demissão de funcionários antigos, da reestruturação
42 organizacional e da ampliação da equipe com a contratação de mais sete pessoas. Assinalou
43 as ações para redução de despesas implantadas durante o ano de 2015: substituição do
44 escritório de assessoria jurídica, renegociação do contrato com a empresa externa de
45 contabilidade, suspensão do reajuste de suporte de TI e a substituição do *link* de internet.
46 Também demonstrou a evolução dos ensaios clínicos do período, assim como a diminuição
47 dos eventos organizacionais, justificando se tratar, muitas vezes, de acontecimentos sazonais.
48 Também comentou a melhoria de qualidade das solenidades e celebrações desde a
49 contratação de uma profissional especialista em organização de eventos. Apontou o aumento
50 do número de cursos, comentou a migração de outros e ponderou que oferecer cursos pagos é
51 atividade permitida às universidades públicas, mas chamou à atenção para o cumprimento
52 das regras, lembrando que os horários e as atividades deveriam ser estritamente respeitados,
53 não podendo haver detrimento do ensino público gratuito em favor dos cursos pagos.
54 Reconheceu que esse tema era objeto de um grande debate, no entanto, opinou que a oferta
55 de cursos na modalidade *Lato Sensu*, se bem utilizados, poderiam ser benéficos para a
56 sociedade e contribuir para a melhoria dos serviços gratuitos oferecidos pela universidade.
57 Elencou outras ações ainda em andamento, como os ajustes no modelo de gestão, reuniões
58 semestrais nos diversos *campi* com agenda previamente definida, transferência de patrimônio
59 FAP/Unifesp para a Unifesp com autorização do Ministério Público e a finalização da
60 equalização dos saldos de projetos privados, bem como as metas para 2016: criação do setor
61 de eventos; programa de educação permanente; captação de recursos; *upgrade* no *website*,
62 incluindo novas linguagens; divulgação de projetos em publicação de conteúdo além dos
63 números. Por fim, relatou as ações para consolidação da editora e as razões dos investimentos
64 no chamado braço forte da fundação: adequação do *layout* para aproximar os trabalhadores;
65 contratação de renomado consultor, José Castilho Marques Neto, aposentado da Unesp;
66 elaboração do regimento, mudança no estatuto FAP/Unifesp; alteração do nome para Editora
67 Unifesp e relançamento da editora na Bienal do Livro, que ocorria de 26 de agosto a 04 de
68 setembro e onde era mantido estande na área reservada às editoras universitárias. Lamentou
69 não ter disponível a imagem para compartilhar o novo logotipo e finalizou sua fala
70 convidando os presentes a visitarem a feira e conhecerem o espaço da instituição. O Prof.
71 Mauri quis saber se a fundação era portadora da certificação ISO-9000 e os custos dos cursos
72 de MBA, se poderiam ser *incompany* e sobre a possibilidade de se realizar consultoria
73 através da fundação. Com a palavra, o Sr. Eduardo Pereira, *controller* da fundação, explicou
74 que a FAP estava buscando a certificação de qualidade e esclareceu que, naquela nova fase,
75 trilhava o caminho para disponibilizar informações e manuais de procedimentos no *site*, de
76 modo a oferecer maior transparência. Sobre a prestação de serviços, ainda acrescentou que
77 havia um grupo de trabalho estudando formas de viabilização da prestação de serviços e que
78 qualquer expertise era muito bem vinda. Frisou que todos eram convidados a colaborar.
79 Adiantou que o tema consultoria seria abordado na apresentação da Resolução 126. Nesse
80 momento, às 11h45 o Prof. Bueno adentra o recinto e se junta ao grupo, enquanto a Profa.
81 Jane aproveitou para convidar todos, estendendo o convite à comunidade EPPEN, para



82 prestigiem a apresentação da Resolução FAP/Unifesp, que aconteceria naquele mesmo
83 local, na terça-feira seguinte, dia 6 de setembro, quando todos os detalhes seriam discutidos e
84 quaisquer dúvidas poderiam ser dirimidas. Disse, também, que gostariam de poder contar
85 com a expertise dos docentes. O Prof. Fábio Luis agradeceu ambas as oportunidades que
86 julgava serem muito importantes para melhor compreensão a respeito do funcionamento da
87 fundação. Ele convidou os presentes à reflexão acerca da natureza mercantil da maioria das
88 atividades apresentadas que, em sua opinião, causavam preocupação tanto no que tangia a
89 autonomia da universidade quanto pela precarização do conteúdo. O Sr. Eduardo informou
90 que a FAP lidava com R\$ 19 milhões de verbas públicas e a Profa. Jane esclareceu que a
91 fundação de apoio é uma iniciativa privada sem fins lucrativos que tinha por objetivo apoiar
92 as pesquisas da instituição, que previam a contratação de pessoal especializado e bolsistas,
93 dentre outras despesas específicas de cada projeto. Explanou que as verbas públicas - aquelas
94 não advindas do MEC, citando como exemplos concretos os Ministérios do Esporte, Saúde e
95 Ciência e Tecnologia – entravam para um fundo que tinha a incumbência de disponibilizá-las
96 através de editais de concorrência e, então, analisar o Plano de Trabalho, acompanhar a
97 execução do projeto de acordo com as regras, cobrar resultados e prestar contas para o
98 Ministério Público, TCU e outros órgãos do governo. Dessa forma, justificou a taxa de 20%
99 cobrada a título de gerenciamento desses recursos. Acrescentou que, além desses projetos
100 encaminhados com verba pública, ressaltando a distinção de muitos deles, existiam pesquisas
101 contratadas pela iniciativa privada, muitas vezes também visando a prestação de serviços à
102 sociedade e que, da mesma forma, a FAP administrava e fiscaliza a utilização dos recursos de
103 acordo com as regras descritas nos contratos. Acrescentou que para a execução desse
104 trabalho era necessária a contratação de assessoria jurídica, além de outros custos. Destacou
105 que a FAP não apresentava *superávit*, mas tencionava ter excedentes para poder financiar os
106 projetos institucionais considerados prioritários e definidos pelo Conselho Curador. A
107 diretora da fundação disponibilizou a edição do Relatório de Gestão, deixando volumes
108 extras para serem distribuídos aos interessados, e recomendando sua apreciação, onde
109 poderiam ser vistos belos projetos. Nesse momento, às 11h55 a Profa. Nildes pede licença
110 para sair, pois, necessitava se apresentar na Reitoria. Com a palavra, o Prof. Murilo
111 cumprimenta os convidados e quis saber qual seria a forma de trabalho do novo conselho,
112 pois, antes da alteração, funcionava como confederação. Também desejou saber sobre o
113 andamento dos projetos editoriais. A professora explicou que a Profa. Cynthia Sarti, que
114 acabara de assumir, estava compondo o novo Conselho por áreas do saber, sendo 6
115 principais, elencadas no Regimento, e alguns membros externos para auxiliarem na definição
116 das linhas editoriais. Ela explicou que a editora, por ser muito jovem, não tinha ainda uma
117 marca própria. A professora garantiu que os projetos aprovados não tinham sido
118 interrompidos. A Profa. Jane Sveiter de Moraes agradeceu a oportunidade e encerrou sua
119 participação distribuindo exemplares do volume impresso do Relatório Anual de Gestão
120 2015 e divulgando o *link* para acesso digital da publicação: <http://www.fapunifesp.edu.br>.
121 Novamente com a palavra, a Profa. Luciana recobrou a pauta programada e introduziu os
122 **INFORMES**, iniciando com os **INFORMES DA DIRETORIA ACADÊMICA:**



- 123 ▪ **Resolução 126 FAP/Unifesp** – Reiterou o convite para a apresentação da resolução que
124 seria do interesse da comunidade acadêmica, que ocorreria no dia 06 de setembro, a quarta-
125 feira seguinte, às 16h30min, com a presença da Reitoria, FAP, Escritório Técnico de Apoio à
126 Gestão, NIT e Procuradoria Federal. Ela reforçou a importância da participação de todos.
- 127 ▪ **Composição dos conselhos para alteração do estatuto** - Antecipou que o assunto
128 estava sendo debatido no CONSU e voltaria a ser abordado em ponto da pauta que seguiria;
- 129 ▪ **Laboratórios** - Comemorou a instalação dos laboratórios, resultado do projeto que
130 contava com verba FINEP. Agradeceu ao Prof. Mauri, um dos coordenadores do projeto e
131 responsável pela contratação dos serviços, pela compra e instalação do material. Ela louvou,
132 também, o diligente trabalho realizado pelo pessoal da Divisão de TI e de outros servidores;
- 133 ▪ **Fornecimento de Energia Elétrica no 3º piso** - Informou que certa parte da verba do
134 projeto Finep tinha sido direcionada para melhoria das instalações elétricas. Explicou que
135 dois novos quadros tinham sido comprados, porém, ainda estava em fase de licitação
136 o restante do material necessário para a distribuição dos pontos de energia. Dessa forma,
137 se desculpou com os novos servidores que ocupavam o terceiro piso, docentes e TAEs,
138 e que ainda não dispunham do devido acesso às facilidades que requeriam energia elétrica;
- 139 ▪ **Zeladoria** - Comunicou que, por falta de alguns documentos que deveriam ser
140 apresentados pela empresa contratada no ato da renovação, o campus havia ficado sem
141 zelador por alguns dias. Explicou que a Divisão de Serviços se encarregara de revezar
142 no atendimento da respectiva demanda. Ela assegurou que a nova licitação já estava em
143 andamento, se desculpou pelos possíveis transtornos e agradeceu a compreensão de todos;
- 144 ▪ **Interrupção das aulas na quarta-feira** - Explicou que a queda de energia sofrida na
145 quarta-feira anterior tinha sido ocasionada por um princípio de incêndio que ocorrera nos
146 cabos de fornecimento de energia elétrica da feira noturna. Ela explicou que a energia era
147 fornecida do parque para a feira através de um cabo que passava por cima do prédio da
148 instituição. Lamentou que tal ocorrência tivesse prejudicado as aulas em um dia da semana
149 que já contava com uma data a menos naquele mês em virtude do feriado da independência;
- 150 ▪ **Sugestão de uso de crachá de identificação** - A professora esclareceu que seria enviado
151 um comunicado sugerindo a utilização do crachá no interior do campus em razão de
152 situações atípicas que tinham acontecido em passado recente. Ela mencionou a tentativa de
153 utilização das instalações do campus por parte de pessoas que se identificavam como sendo
154 de outras instituições, mas, cujos documentos apresentados eram falsos. Acrescentou que a
155 nova empresa de segurança contratada também recomendava maior controle de entrada. Ela
156 frisou que se tratava apenas de sugestão e que ninguém seria impedido de entrar naquele
157 espaço público. A Profa. Marina declarou que, independentemente das razões ou motivos
158 alegados, ela não usaria crachá ou qualquer tipo de identificação. A presidente concedeu
159 a palavra à Sra. Juliana para os **INFORMES DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA:**
- 160 ▪ **Orçamento** - A Sra. Juliana apresentou a atualização do quadro orçamentário destacando
161 a liberação de 10% dos recursos que seriam suficientes até início de outubro. Relembrou que
162 havia um saldo devedor que vinha sendo rolado desde 2014. Ela também reiterou que, apesar
163 do cenário de crise, as expectativas de diminuição do déficit orçamentário eram positivas.



164 A Diretora Administrativa falou rapidamente sobre as medidas para equilíbrio das despesas:
165 - Eletropaulo – comemorou a alteração contratual com economia prevista de R\$ 700,00/mês;
166 - Zeladoria – informou sobre a assinatura de novo contrato com igual valor e 1 posto a mais;
167 - Segurança – comentou aspectos da licitação que tinha sido renovada com redução de preço;
168 - Base de Dados Proquest – compartilhou a notícia que dava conta da renovação do contrato.
169 Abreviadamente, a Sra. Juliana também elencou o plano de necessidades, estimadas para
170 um futuro próximo, apesar de ainda não haver previsão orçamentária para estas demandas:
171 - Manutenção de ar condicionado – verificada a necessidade de contratação desse serviço;
172 - Manutenção da Cabine Primária – igualmente foram sugeridas medidas preventivas;
173 - Persianas – Apontada a necessidade de manutenção e, às vezes, substituição de persianas;
174 - Contratação de bedel – informou que setores administrativos estudavam essa viabilidade.
175 Encerrada a fala da Diretora Administrativa e não havendo informes dos servidores TAEs,
176 a presidente concedeu a palavra ao Prof. Fábio Luis para os **INFORMES ADUNIFESP** -
177 Ele convidou seus pares para uma atividade que seria realizada no dia 15 de setembro no
178 centro da cidade de São Paulo e que englobaria entidades e associações de docentes de todo o
179 estado. Anunciou que o encontro do pessoal da Unifesp seria no *campus* central. Assim,
180 encerrados os informativos, a presidente prosseguiu com os pontos da **ORDEM DO DIA**:
181 **(2) CAEP** - Ela explicou que seria procedida a eleição para recomposição da comissão e
182 consultou se, diferentemente do que havia sido aprovado como regra de se votar em 2 nomes
183 escolhidos dentre os candidatos inscritos, os conselheiros prefeririam votar em 4 candidatos,
184 alegando que a votação em 2 nomes poderia pulverizar as preferências. Ela sugeriu alterar a
185 regra e cada eleitor votar em 4 candidatos. O Prof. Bueno conjecturou que, se a ideia era ter
186 um representante de cada curso/eixo, totalizando 6 representantes, esse deveria ser o número
187 de candidatos a serem apontados como titulares e, conseqüentemente, indicados em cada
188 voto. Concluiu dizendo que a sua sugestão poderia ser aplicada em casos futuros. O Prof.
189 Julio ponderou que aquela composição, com 4 titulares e 4 suplentes, não impedia a
190 participação de todos nas reuniões e na realização do trabalho. Testemunhou que os convites
191 eram encaminhados pelo(a) presidente para todos os componentes, sem exceção. Frisou que
192 o mais importante era ter todos os cursos/eixo representados, fosse como titulares ou
193 suplentes, e que a participação era sempre muito bem-vinda. Não havendo consenso sobre
194 qualquer alteração, a votação seguiu conforme as regras previamente aprovadas. As cédulas
195 foram vistas e distribuídas aos membros que as depositaram em uma urna lacrada. A
196 **apuração foi realizada imediatamente após a votação e contagem resultou em: Alberto**
197 **Handfas (10 votos), Cintia Rejane Möller de Araujo (9 votos), Francisco Marcelo**
198 **Monteiro da Rocha (5 votos), João Tristan Vargas (4 votos), Natasha Schmitt Caccia**
199 **Salinas (4 votos), Arthur Bragança de Vasconcellos Weintraub (3 votos), Sidival Tadeu**
200 **Guidugli (3 votos), Antonio Saporitto (2 votos), João Alberto Alves Amorim (2 votos),**
201 **Ricardo Hirata Ikeda (1 voto) e Túlio de Oliveira Massoni (zero). A composição final -**
202 **determinada pela classificação de acordo com as regras de contemplação de todos os**



203 cursos/eixo - ficou assim: **Titulares:** Professores ▪ Dr. Alberto Handfas (Ciências
204 Econômicas), ▪ Dra. Cintia Rejane Möller de Araújo (Administração), ▪ Dr. Francisco
205 Marcelo Monteiro da Rocha (Eixo Multidisciplinar), ▪ Dr. Arthur Bragança de
206 Vasconcellos Weintraub (Ciências Atuariais); e Suplentes: Professores ▪ Dr. João
207 Alberto Alves Amorim (Relações Internacionais), ▪ Dr. Antonio Saporito (Ciências
208 Contábeis), ▪ Dr. João Tristan Vargas (Eixo Multidisciplinar) e ▪ Dra. Natasha Schmitt
209 Caccia Salinas (Administração). A presidente, então, cumprimentou a nova composição da
210 CAEP, agradeceu a dedicação de todos e introduziu o ponto subsequente:
211 **(3) DEPARTAMENTOS – DEFINIÇÃO DO LAYOUT** - A presidente lembrou que o
212 assunto tinha sido item prejudicado na pauta da reunião anterior e estava sendo ali retomado.
213 Explicou que as propostas de *layout* tinham sido elaboradas já havia algum tempo e que as
214 restrições de espaço tinham se agravado desde então. Passou a palavra à Sra. Haluane que
215 esclareceu aos conselheiros não haver nenhuma proposta pré-aprovada. Lembrou que, por
216 ocasião da aprovação dos departamentos, o espaço físico tinha sido discutido e se fez
217 necessária a elaboração de sugestões que pudessem ser o ponto de partida do processo de
218 análise e definição do melhor local para alocação desses novos setores. A arquiteta
219 acrescentou que as opções a serem submetidas ali tinham sido apenas atualizadas e, dentre
220 essas, a que fosse escolhida seria objeto de orçamento e planejamento de execução, com os
221 devidos prazos. Explanou que os esboços tinham partido das orientações recebidas que o
222 espaço deveria acomodar 6 postos de trabalhos destinados às chefias e, ainda, 2-3 mesas para
223 acomodar secretários. Continuou dizendo que as 3 propostas apresentavam gradação na
224 necessidade de interferência no espaço: de baixo, passando por intermediário, e chegando a
225 alto grau de modificação. Assinalou que, por se tratar de construção antiga, as propostas
226 buscavam aproveitar as instalações e a estrutura pré-existente e, ainda, atendiam à
227 recomendação de proceder modificações mínima e custos reduzidos. Ela explicou as
228 peculiaridades de cada proposta, percorrendo sobre a distribuição do espaço, grau de
229 privacidade, funcionalidade, disposição do mobiliário, entrou outras. O Prof. Luiz Maluf
230 desejou que a coordenação tivesse acesso direto à secretaria e preocupou-se com sala de
231 reunião equipada com computadores, com vistas à avaliação que o MEC faria de seu curso
232 em futuro breve. O Prof. Bolívar sugeriu aproximar as pessoas com interesses comuns, de
233 forma a facilitar a interação entre os iguais. A Profa. Nena, por sua vez, ambicionou janelas
234 para todos. O Prof. Bueno concordou com o colega de curso no tocante a promover a
235 interação entre coordenação e departamento de um mesmo curso e salientou a importância de
236 prever, também, a acomodação dos coordenadores dos programas de pós-graduação. A Sra.
237 Haluane salientou que, consideradas todas as recomendações, os desenhos privilegiavam
238 *layouts* abertos, conferindo maior conforto e interação, além de equalizar a iluminação
239 natural. A Profa. Luciana ponderou que os recursos minguados eram questão menor quando
240 comparados com a escassez de espaço, esta, por sua vez, quase incontornável. Ela concordou



241 com a fala do Prof. Julio que havia sugerido a formação de uma comissão para rediscutir os
242 *layouts*, visto que a decisão se mostrava mais complexa do que o esperado. O Prof. Murilo
243 foi contrário à composição de um novo grupo para reiniciar as discussões sobre as
244 possibilidades de *layout* e, ainda, reforçou a colocação da arquiteta que a lógica era causar o
245 mínimo de transtorno, tendo sido essa uma das premissas para a instalação dos
246 departamentos, sem muita modificação. O Prof. Mauri entendeu que os encaminhamentos
247 possíveis fossem, decidir se deveriam montar nova comissão para estudo da questão ou
248 tomarem a decisão naquela mesma sessão. Vencendo a segunda opção, haveria que se votar
249 em uma das propostas de *layout*. O Prof. Danilo também se mostrou favorável à escolha de
250 uma das 3 propostas que estavam sendo projetadas. Reconhecendo que nem todos os
251 membros tinham tido acesso prévio àquelas 3 propostas, a presidente perguntou aos
252 conselheiros se poderia prosseguir com a decisão e, obtendo consentimento de todos, **a**
253 **votação foi encaminhada primeiramente sobre a criação ou não de uma nova comissão**
254 **para estudo dos layouts. Por maioria dos votos, 3 contrários e uma abstenção,**
255 **deliberou-se que não seria formada outra comissão. Então, a Profa. Luciana consultou**
256 **os membros sobre a preferência entre escolher o layout naquela mesma sessão ou adiar**
257 **tal decisão para a reunião seguinte. Com 14 votos favoráveis, 4 contrários e 1 abstenção,**
258 **ficou decidido que um dos layouts deveria ser escolhido.** A Sra. Haluane reapresentou as
259 propostas: (1) Manutenção da sala de coordenações, eliminação da sala de reuniões e no
260 espaço disponível, somado o espaço ora ocupado pelo Secretário Executivo, Sr. Márcio
261 Amaro de Souza, seriam montadas baias, agregando também mesas para 2 secretários. Essa
262 opção não conferia muita privacidade, oferecia gabinetes menores do que os atuais e não
263 favorecia a circulação de ar. Custo estimado R\$ 3.000,00; (2) Demolição de todo o layout
264 atual, montando-se gabinetes, menores do que os atuais, para os departamentos com
265 divisórias na altura padrão de 2,10m. De execução mais demorada, porém, permitia melhor
266 distribuição do espaço. Custo estimado R\$ 5.000,00; (3) Espaços abertos, com mesas
267 dispostas para os departamentos, coordenações e secretários. Custo estimado R\$ 1.400,00. A
268 presidente consultou os membros e, **por maioria dos votos e 4 abstenções, venceu a**
269 **proposta 3**, que ficou de ser executada o mais brevemente possível. Seguiu-se o ponto:
270 **(4) COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO -**
271 A Profa. Luciana introduziu o assunto dizendo que o CONSU estava encaminhando
272 reformulações no Estatuto e Regimento da Unifesp no que se referia à composição dos
273 conselhos centrais. A proposta era de enxugar os conselhos. Para isso, propunha-se que os
274 coordenadores fossem representados por um único docente escolhido entre eles. A presidente
275 relatou que, nas sessões em que estivera presente, tinha defendido a posição de todas as
276 coordenações terem direito a assento, visto que cada curso tinha sua particularidade. Ela
277 concedeu a palavra ao Prof. Julio que participara da última reunião do CONSU. O vice-
278 diretor acrescentou que no dia 14 de setembro seria votada no colegiado máximo a proposta



279 de redução de assentos nos conselhos centrais das atividades fins e era esperado que as
280 Congregações se posicionassem a respeito. Esclareceu que, com exceção da Extensão que, de
281 fato, não comportaria tantos coordenadores quanto o número de seus programas, a graduação
282 e a pós-graduação deveriam decidir a participação em seus respectivos conselhos. Conselhos
283 inchados, que exigiam espaços maiores e dificultavam o quórum, eram as alegações daqueles
284 que propunham a redução. O professor defendeu que a graduação era o viés mais dinâmico
285 da universidade e deveria ter seu dia-a-dia muito bem representado. A Profa. Luciana
286 compartilhou a decisão já tomada do Conselho de Pós-Graduação e Pesquisa que votara pela
287 permanência de todos os coordenadores, como era até então. O Prof. Bueno apoiou essa
288 decisão argumentando que, caso contrário, o coordenador teria de confrontar sozinho vários
289 membros de outras escolas com preocupações distintas. Ele louvou a condição dos
290 coordenadores que, além de outras obrigações, eram os responsáveis legais pelos cursos.
291 Muitos membros se manifestaram de acordo com a visão apresentada, de que a presença dos
292 coordenadores era imprescindível. **A presidente encaminhou a consulta e por maioria dos**
293 **votos e apenas uma abstenção, os conselheiros votaram pela manutenção da posição da**
294 **Congregação EPPEN favorável à participação de todos os coordenadores de curso e**
295 **eixo nos conselhos centrais.** A Profa. Luciana, então, declarou que continuaria a apresentar
296 e defender tal posição que, no entanto, poderia não ser acatada. Por sua vez, a Profa. Claudia
297 Tessari quis registrar que, diante de um debate tão importante quanto a representatividade,
298 era importante também falar das sub-representações. Ela relatou que participara por 2 anos
299 do Conselho de Graduação, enquanto ocupava cargo na direção do campus Osasco, e
300 percebera que muitos cursos deixavam de comparecer e outros sequer tinham participado de
301 uma única reunião. Ela citou o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico
302 que tinha assento naquela Congregação e que nunca tinha comparecido. Ela julgou
303 necessário fazer saber que tão importante assunto tinha sido amplamente discutido pelos
304 órgãos colegiados. A presidente disse que poderia ser emitida uma nota a respeito do assunto.
305 A essa altura, já às 14 horas e vencido esse ponto, a professora consultou os membros sobre
306 a possibilidade de inversão nos pontos, pedindo permissão para antecipar o ponto que
307 trataria do cursos de Relações Internacionais, visto que a coordenadora necessitava sair em
308 breve para ministrar aula. Com o consentimento dos membros, ela inverteu a ordem e tratou:
309 **(9) MATRIZ CURRICULAR DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS** - A Profa. Luciana
310 explicou que o curso de Relações Internacionais propunha a alteração da matriz curricular de
311 forma que o curso noturno passasse de 4 para 5 anos. Ela comunicou que a alteração já tinha
312 sido aprovada na Câmara de Graduação e o papel da Congregação seria apenas homologar
313 aquilo que já tinha sido amplamente estudado e discutido, inclusive em reunião com a Pró-
314 Reitoria de Graduação. Assegurou que não fora suprimida nenhuma disciplina, mas, tão
315 somente, a carga horária havia sido redistribuída ao longo de 5 anos. **Colocada em votação,**
316 **a alteração da matriz curricular de Relações Internacionais foi unanimemente**



317 **aprovada e, uma vez vencida também a etapa de aprovação no Conselho de Graduação,**
318 **o curso noturno passará a ser de 5 anos.** A Profa. Marina, vice-coordenadora agradeceu a
319 gentileza dos colegas em concordarem com a antecipação do seu assunto e se retirou.
320 A presidente retomou a ordem inicial da pauta e deu continuidade tratando do item seguinte:
321 **(5) COMITÉ DE ÉTICA** - Ela explicou que o campus Osasco estava sem representante no
322 Comitê de Ética em razão da redistribuição do Prof. Flávio Rocha de Oliveira para a
323 UFABC. Salientou a importância do comitê e comemorou o fato de - mesmo tendo divulgado
324 que as reuniões eram quinzenais, podendo chegar a 3 encontros por mês, sempre às quartas-
325 feiras, no horário das 10h30min – 3 docentes terem se candidatado à vaga. Ela sugeriu que a
326 partir de uma votação simples, fossem designados ao posto um titular e um suplente. A
327 presidente consultou os conselheiros sobre o desejo de se inscreverem naquele momento e,
328 não havendo interesse por parte de nenhum dos presentes, as cédulas com os nomes dos 3
329 docentes inscritos previamente foram distribuídas e, **procedida a votação para**
330 **representante do campus Osasco no Comitê de Ética em Pesquisa, o Prof. Dr. Fábio**
331 **Venturini foi eleito titular com 10 votos, o Prof. Dr. José Alexandre de Althayde Hage**
332 **recebeu 4 votos e, assim, indicado como suplente, e o Prof. Dr. Evandro Luiz Lopes**
333 **recebeu 3 votos.** Ela prosseguiu a ordem do dia tratando do ponto seguinte:
334 **(6) COMISSÃO DE ANÁLISE DOS PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA** - O item
335 foi considerado prejudicado. A Profa. Luciana solicitou que as representações perguntassem
336 aos seus pares a respeito do interesse em compor tal grupo de trabalho. Ela reiterou que
337 apenas os TAEs haviam apresentado indicações e que os coordenadores deveriam verificar a
338 disponibilidade dos docentes de seus cursos/eixo para aquela comissão. Não havendo
339 representação discente presente àquela sessão, a ela informou que consultaria novamente os
340 discentes, como vinha sendo feito nos últimos 2 meses, para que, finalmente, na reunião
341 seguinte essa comissão pudesse ser formada. Então, tratou do item seguinte:
342 **(7) ESTÁGIOS – APROVAÇÃO DE CONVÊNIOS** - A presidente explicou que, como já
343 havia acontecido em sessões anteriores, ela submetia à homologação de convênios com
344 empresas com as quais os alunos assinariam contratos de estágio. Explicou que os convênios
345 deveriam ser aprovados pela Congregação e, então, seguirem para verificação na
346 Procuradoria. Justificou que, diante de prazos tão exíguos e com o intuito de não prejudicar a
347 oportunidade de estágio oferecida aos alunos, o procedimento vinha sendo a aprovação *Ad*
348 *Referendum* e submissão à homologação da Congregação na primeira ocasião. Acrescentou
349 que estava ainda buscando confirmação de que aquela responsabilidade era mesmo da
350 direção dos campi. Não havendo dúvidas ou pedidos de esclarecimentos adicionais, os
351 conselheiros foram consultados e, **por unanimidade, foram aprovados os convênios com**
352 **as empresas:** ▪ Pulso Público Assessoria e Consultoria Eireli; ▪ BKF Soluções
353 **Financeiras Ltda (BankFacil); ▪ Futura Integrador Empresa Escola Ltda; ▪ Standar &**
354 **Poor's Rating do Brasil Ltda; ▪ Felipe & Duarte Consultoria Empresarial Ltda;**



355 ▪ **Localization Desenvolvimento, Assessoria e Treinamento Empresarial Ltda;**
356 ▪ **ADMIX – Administração, Consultoria, Participações e Corretora de Seguros de Vida**
357 **Ltda; ▪ Saipher ATC Ltda; ▪ OGFI – Outsourcing de Gestão Financeira e Imobiliária;**
358 ▪ **VickFórmulas Farmácia de Manipulação Ltda; ▪ Mavi-D Contábil Ltda;**
359 ▪ **Ecommet Software Ltda e ▪ Centro Educacional Hyarte Ltda.** A presidente prosseguiu:
360 **(8) CIÊNCIAS CONTÁBEIS - HOMOLOGAÇÃO DA COORDENAÇÃO DO**
361 **CURSO DE GRADUAÇÃO E CHEFIA DE DEPARTAMENTO -** Enquanto era
362 projetado o Memorando 089/2016/ACD/SC que dava conta do resultado da eleição
363 encaminhada pela comissão do curso de graduação, a presidente explicou que, finalmente,
364 após aprovação da Coordenação do Curso na Câmara de Graduação, era possível decidir
365 também sobre a chefia do departamento e, assim, ela **consultou o colegiado que, por**
366 **unanimidade, homologou: ▪ Departamento de Ciências Contábeis – Chefe: Profa. Dra.**
367 **Nena Geruza Cei, Vice-Chefe: Prof. Dr. Francisco Carlos Fernandes; ▪ Coordenação**
368 **do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis - Coordenadora: Profa. Dra. Marina**
369 **Mitiyo Yamamoto, Vice-Coordenador: Prof. Dr. Antonio Saporito.** A Profa. Luciana
370 cumprimentou os empossados e prosseguiu com a ordem do dia, lembrando que o item
371 subsequente, de número 9, já tinha sido antecipado e esgotado. Portanto, tratou:
372 **(10) DEPARTAMENTO DO EIXO COMUM -** Ela explicou que a Congregação havia
373 aprovado a criação do Departamento do Eixo Comum e, respectivamente, tinha sido emitida
374 portaria de nomeação. No entanto, o chefe do departamento, Prof. Mauri, conjuntamente com
375 a comissão do eixo, apresentava a solicitação de alteração do nome para Departamento
376 Multidisciplinar. Com a palavra, o Prof. Mauri explicou que, além do termo eixo comum ser
377 encontrado somente no campus Osasco, diferentemente de outros *campi* e até mesmo de
378 outras universidades com projetos semelhantes, ele e seus pares entendiam que não se tratava
379 de apenas um eixo comum, mas, de vários eixos. Argumentou que o ter vários eixos que
380 perpassam os cursos oferecidos pela universidade é que conferem o caráter multidisciplinar
381 do projeto. O professor defendeu que o nome Departamento Multidisciplinar expressava mais
382 adequadamente o papel intrínseco daquele setor. **Em regime de votação, a alteração do**
383 **nome de: Departamento do Eixo Comum, para: Departamento Multidisciplinar, foi**
384 **aprovada por unanimidade.** A Profa. Luciana afirmou que consultaria o DRH sobre
385 os procedimentos necessários para fazer valer tal modificação e, enquanto era projetado
386 aos presentes o Edital 2017, abordou o assunto subsequente, indagando quem o apresentaria:
387 **(11) MESTRADO ACADÊMICO EM ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO -** Não
388 havendo voluntários para apresentar o edital, a presidente consultou o coordenador do curso
389 de Ciências Econômicas que não se sentia apto a assumir o assunto. O professor solicitou que
390 fosse registrada em ata a ausência da coordenação do programa de mestrado que necessitava
391 ter seu edital aprovado e, ainda, a importância de ter os interesses do programa devidamente
392 representados. Assinalou as constantes ausências que, em seu entendimento e de alguns



393 colegas de curso, era prejudicial aos participantes do programa. A presidente concordou com
394 o colega, acrescentando que o mesmo era verificado no Conselho de Pós-Graduação e
395 Pesquisa. O Prof. Murilo estava inscrito, porém, não soube a quem dirigir seu
396 questionamento. Os conselheiros julgaram pertinente que a pergunta fosse lançada para
397 conhecimento e possível debate entre os presentes. Ele, então, indagou se não haveria
398 qualquer problema legal o fato de o período de inscrições para o teste ANPEC, necessário
399 para admissão no programa, ser anterior à publicação do edital, citando que o interesse no
400 teste deveria ter sido registrado já em junho, para aplicação em outubro, referente a um edital
401 ainda por aprovar. O Prof. Fábio Alexandre questionou a publicação prévia de um edital
402 ainda não aprovado. A presidente, então, colocou a questão que se antecipava a todas as
403 outras já verbalizadas ou às que viessem a ser externadas, ela conjecturou se haveria
404 condições de discutir e aprovar um documento sem a presença de um representante que
405 prestasse os esclarecimentos necessários. Ela seguiu as inscrições e a Profa. Claudia Tessari
406 teve a palavra. A professora disse que, apesar de ser a chefe do Departamento de Ciências
407 Econômicas não tinha sido solicitada a prestar aquele papel. Disse ter participado das
408 discussões acerca do edital e na ocasião tinha apontado a sua preocupação com os prazos e
409 sugerido que o documento fosse publicado o quanto antes porque os candidatos, já no ato da
410 inscrição para o teste ANPEC, indicavam o programa de interesse. Resumiu que os
411 candidatos se inscreviam em programas dos quais não conheciam as etapas e o que estaria
412 por vir. Esclareceu que havia participado da reunião do programa apenas como ouvinte,
413 motivada por suas preocupações e com o intuito de auxiliar a melhoria do processo de
414 seleção. Opinou que o programa vinha sendo subrepresentado, naquele colegiado e em outras
415 instâncias. Relatou que na última troca de mensagens havia questionado a coordenação
416 acerca da publicação do edital e obtivera como resposta a confirmação que o documento já
417 estaria publicado. Terminou dizendo que não estava apta a responder a pergunta sobre o risco
418 de qualquer implicação jurídica que a Congregação, caso deliberasse favoravelmente,
419 aprovaria um documento já publicado. Com a palavra, o Prof. Mauri se solidarizou com os
420 responsáveis pela publicação do documento, pois, enfrentava problemas similares no
421 programa de mestrado profissional que ele ajudava a coordenar. Relatou as dificuldades de se
422 lançar um documento como aqueles e explicou que as avaliações tanto da ANPEC quanto
423 ANPAD tinham validade de 2 anos. Lamentou que a Procuradoria tivesse sido extremamente
424 rigorosa com a apreciação do edital do programa por ele coordenado, citando que o parecer
425 apontava “enriquecimento ilícito da ANPAD”. O Sr. Ricardo Bertoldo testemunhou, como
426 secretário do programa, os questionamentos do público acerca do edital já publicado que tem
427 como etapa do processo de seleção um teste cujas inscrições já expiraram. O Prof. Bueno
428 ofereceu auxílio aos colegas, considerando sua experiência com os trâmites e exigências da
429 Procuradoria. Retomando a palavra, o coordenador do curso de Ciências Econômicas
430 agradeceu a oferta do coordenador do programa de mestrado profissional. Como membro do



431 programa de pós-graduação, expressou preocupação com o que chamou de “movimentos
432 contraditórios” enquanto o documento já estava publicado no *site* e à disposição do público
433 geral. Sugeriu que a coordenação do programa fosse convidada a explicar os procedimentos.
434 O Prof. Julio também sublinhou que fazia parte do programa de mestrado e igualmente não
435 sabia que tal edital seria discutido. Levantou a dúvida sobre as consequências da não
436 aprovação daquele documento. A Profa. Luciana corroborou as falas anteriores atestando os
437 vários problemas enfrentados pelo programa de Mestrado Profissional. Ela enfatizou que
438 qualquer alteração no edital teria de ser apreciada pela Procuradoria. Salientou a
439 responsabilidade do coordenador do programa, mencionando o fato de o Prof. Bueno ter
440 respondido ao Ministério Público pelos problemas apontados pela Procuradoria no processo
441 de seleção do programa de mestrado profissional. A professora foi taxativa ao se referir à
442 importância da presença dos coordenadores dos programas de pós-graduação nos órgãos
443 colegiados, o que ela não vinha constatando havia algum tempo. Encerrou consultando os
444 membros sobre a aprovação ou não do documento naquelas circunstâncias. O Prof. Bueno
445 argumentou sobre a necessidade de os programas de pós-graduação oferecer novas turmas
446 anualmente, pois, caso contrário, a avaliação CAPES seria comprometida e o prejuízo ao
447 curso e à universidade seria inevitável. Defendeu a aprovação do documento para que os
448 trâmites fossem continuados e aproveitou para justificar que logo teria de se ausentar para a
449 qualificação de um aluno. O Prof. Murilo, concordando com o colega que acabara de se
450 manifestar, ponderou que a não aprovação do documento não corrigiria o que já tinha sido
451 feito e poderia causar ainda mais transtornos, até mesmo uma crise. Mostrou-se mais
452 preocupado com o acerto dos procedimentos internos e, dessa forma, defendeu que o
453 documento seguisse para análise jurídica da Procuradoria. Terminou dizendo que tinha lido o
454 edital e a ele parecia apenas uma réplica do documento anterior. A Profa. Marina,
455 esclarecendo a dúvida do Prof. Julio sobre os procedimentos futuros caso a Procuradoria
456 observasse alguma correção a ser feita no documento, confirmou que era possível publicar
457 retificações para editais já tornados públicos. Esgotada a discussão, a presidente colocou em
458 votação e **com apenas 1 abstenção, o Edital 2017 do Mestrado Acadêmico em Economia
459 e Desenvolvimento foi aprovado.** A presidente abordou o assunto seguinte:
460 **(12) MESTRADO PROFISSIONAL em GESTÃO DE PLÍTICAS E ORGANIZAÇÕES
461 PÚBLICAS** - Ela anunciou que se tratava também de pedido de aprovação do Edital 2017 e
462 o Prof. Murilo foi o primeiro inscrito e, somente a título de informação, perguntou como
463 tinha sido solucionada a questão da cobrança do teste ANPAD que tinha sido objeto de
464 apontamento da Procuradoria e causado os transtornos já citados pelo coordenador do
465 programa. Com a palavra, o Prof. Mauri, vice-coordenador do programa, disse que o
466 documento ainda não estava no formato ideal, porém, ressaltou as melhorias já alcançadas.
467 Prospectou que no ano seguinte, talvez, o documento já estivesse suficientemente ajustado ao
468 ponto de ser replicado com tranquilidade nas edições que se seguissem. Explicou que a



469 parceria com a ANPAD era melhor ferramenta para o programa que buscava visibilidade de
470 forma a atrair os melhores candidatos, no entanto, sem recursos próprios, o programa
471 necessitava cobrar taxa de inscrição para poder custear o vínculo com a mais importante
472 associação de administração do país. Confirmou que os candidatos tinham que arcar com os
473 custos do teste ANPAD e também da inscrição. Ratificou que a aprovação da Congregação
474 não garantia que aquela versão seria publicada. O Prof. Bueno acrescentou que a taxa de
475 inscrição era cobrada dos candidatos, ainda não na condição de alunos do programa. A Profa.
476 Marina se retirou às 14h40min e **a presidente colocou em votação e com 1 abstenção, o**
477 **Edital 2017 do MGPOP que estava sendo projetado foi aprovado.** Então, a presidente
478 abordou o último item da ordem do dia que havia sido solicitado pela Profa. Claudia Tessari:
479 **(13) REPRESENTANTE DO CAMPUS OSASCO NA COMISSÃO PIBIC** - Com a
480 palavra, a chefe do departamento de Ciências Econômicas defendeu que o campus deveria
481 rever a forma como estava sendo representado na comissão PIBIC. Compartilhou a
482 experiência de um docente do seu curso que apresentara proposta de iniciação científica, cuja
483 avaliação tinha sido considerada boa, mas não havia sido contemplado com a bolsa. Ela
484 contou que, como era previsto nos processos PIBIC, havia uma restrição em relação à base
485 teórica da proposta que, apesar de listar as bases de dados, carecia de detalhamento quanto à
486 metodologia de utilização, conforme parecer inicial. Ela explicou que, diante disso, o docente
487 havia encaminhado pedido de reconsideração, devidamente embasado em suas 3 páginas,
488 como de praxe. No entanto, a resposta obtida, de apenas 2 linhas, não fazia menção ao que
489 havia sido explanado pelo professor. Em sua opinião, o indeferimento era muito impactante,
490 pois, dava sinais que o pedido de reconsideração sequer havia sido lido e, ainda, apresentava
491 um item novo que não tinha sido apontado no parecer anterior. Ela defendeu que uma
492 proposta sobre Teoria do Emprego não poderia ser considerada pouco relevante para a
493 Macroeconomia, como mencionava o parecer que foi lido por ela a todos: *“Prezado, o seu*
494 *pedido foi indeferido, pois, o projeto possui deficiências metodológicas e tema pouco*
495 *relevante na área de Macroeconomia”*. Em sua opinião, a falta de fundamentação teórica de
496 aquele minguido parecer chegava a ser ofensiva aos estudiosos da matéria. Justificou ter
497 solicitado inclusão daquele assunto por julgar que a representação do campus na comissão
498 deveria garantir que os pareceres emitidos fossem lícitos e corretos. Um parecer reduzido não
499 poderia divergir de outro relatório qualificado, mais abrangente e fundamentado, cujos
500 apontamentos tenham sido devidamente explicados no pedido de reconsideração. A
501 professora comentou que a representação do campus era a mesma havia 5 anos e gostaria de
502 saber qual a periodicidade daquela composição e se havia sido procedida a recondução. A
503 Profa. Luciana, retomando a palavra, esclareceu que o representante do campus Osasco na
504 comissão PIBIC era o Prof. Eduardo Machado do curso de Economia e ela, havia
505 aproximadamente uns 2 anos, sua suplente. Ela declarou desconhecer quem era o suplente
506 anteriormente e confirmou que a suplência só era convocada em situações de impossibilidade



507 do titular. Acrescentou que no ano de 2016 só tinha participado de um encontro e deu conta
508 que a comissão estaria terminando a elaboração do regimento que, provavelmente, trataria
509 dessas alterações relativas à composição e outros temas. Ela concordou que não seria
510 recomendável manter-se a mesma composição por tanto tempo. Sugeriu que o assunto
511 voltasse àquele colegiado com mais informações sobre os procedimentos e o andamento dos
512 trabalhos, possibilitando, assim, deliberações do tipo renovação da representação ou
513 periodicidade de notícias. A presidente também entendeu que o Departamento de Ciências
514 Econômicas poderia solicitar esclarecimentos diretamente. O Prof. Mauri se sentiu
515 contemplado pela fala da presidente e se ofereceu para olhar o trabalho rejeitado e declarou
516 que, em sua área de atuação, lamentavelmente, tinha se deparado com trabalhos muito ruins.
517 O Prof. Fábio Alexandre entendeu que a questão trazida ali era o fato de o segundo parecer
518 não ter relação com o primeiro ou com o pedido de reconsideração. Em sua opinião, a
519 Congregação deveria procurar saber a metodologia de análise dos trabalhos apresentados,
520 especialmente, no tocante aos recursos. A Profa. Claudia retomou a palavra para esclarecer
521 que havia pautado o tema para relatar a incongruência do segundo parecer. Em sua opinião, a
522 última resposta, além de econômica, não dialogava com os documentos anteriores. Destacou
523 que não tinha a intenção de defender o projeto em si, mas a lisura dos procedimentos de
524 análise e acrescentou que, após o fato citado, ela própria tinha tomado informações na
525 ProGrad e tomado conhecimento que os recursos não voltavam para o parecerista inicial,
526 como ocorria na FAPESP, por exemplo. O Prof. Murilo, por sua vez, apesar de concordar
527 com a relevância do informe, sugeriu que o encaminhamento, naquele momento, seria o
528 departamento questionar a superficialidade de aquele específico parecer e à Congregação
529 caberia se informar sobre o funcionamento da comissão, a periodicidade da renovação do
530 mandato dos representantes. Também o Prof. Julio julgou que a falta de clareza do segundo
531 parecer deveria ser questionada no âmbito do departamento e que a Congregação deveria
532 solicitar esclarecimentos sobre a metodologia da comissão, registrando que houve um
533 questionamento a respeito de uma proposta apresentada pelo campus Osasco. A Profa.
534 Luciana retomou a palavra e obteve o consentimento dos presentes para o encaminhamento
535 que sugeria solicitar esclarecimentos da comissão PIBIC, sem caráter de protesto, sobre os
536 procedimentos adotados para análise de projetos e recursos, podendo citar o caso de
537 indeferimento sem respaldo de uma proposta. A presidente agradeceu a resistência dos
538 conselheiros que, juntos, haviam esgotado todos os itens da pauta e encerrou a sessão às
539 14h57min desejando bom final de semana. Eu, Maristela Bencici Feldman lavrei esta ata.

540 Osasco, 02 de setembro de 2016.

541 _____
542 Prof.a Dra. Luciana Massaro Onusic



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Campus Osasco



ATA/CONG/02/09/2016/Ord.

543

544

Prof. Dr. Julio Cesar Zorzenon Costa

545

546

Sra. Juliana Mateusa Meira Cruz

547

548

Prof. Dr. Bolivar Godinho de Oliveira Filho

549

550

Profa. Dra. Claudia Alessandra Tessari

551

552

Profa. Dra. Claudia Moraes Souza

553

554

Prof. Ms. Danilo Braun Santos

555

556

Prof. Dr. Douglas Mendosa

557

558

Sr. Edmur Machado Silva



559

560

Profª. Dra. Fabiana Rita Dessotti

561

562

Prof. Dr. Fábio Alexandre dos Santos

563

564

Prof. Dr. Fábio Luis dos Santos

565

566

Profª. Dra. Ismara Izepe de Souza

567

568

Prof. Dr. Luis Hernan Contreras Pinochet

569

570

Prof. Ms. Luiz Augusto Finger França Maluf

571

572

Profª. Dra. Marina Gusmão de Mendonça

573

574

Profª. Dra. Marina Mitiyo Yamamoto



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Campus Osasco



ATA/CONG/02/09/2016/Ord.

575

576

Sra. Marlene Rodrigues

577

578

Prof. Dr. Mauri Aparecido de Oliveira

579

580

Prof. Dr. Murilo Leal Pereira Neto

581

582

Profa. Dra. Marina Mityio Yamamoto

583

584

Profa. Dra. Nena Geruza Cei

585

586

Profa. Dra. Nildes Pitombo Leite

587

588

Prof. Dr. Ricardo Luiz Pereira Bueno

589

590

Sr. Ricardo Vieira Bertoldo



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Campus Osasco



ATA/CONG/02/09/2016/Ord.

591

592

Sra. Rosangela Rocha da Silva

593

594

Maristela Bencici Feldman